

# Maternidades entre trabalhadoras sexuais: o sustento como prática de cuidado

DÉBORA ANTONIETA SILVA BARCELLOS TEODORO   
Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil  
debora.antonietta@hotmail.com

DOI 10.11606/ISSN.2316-9133.v32i2PE215106

## resumo

Nesse artigo, apresento reflexões oriundas de dados produzidos nas semanas iniciais de meu campo de doutorado, dedicado a pensar dinâmicas familiares entre trabalhadoras sexuais, com foco nas maternidades. Tais reflexões foram sistematizadas, num primeiro momento, para apresentação em um grupo de trabalho da XIV Reunião de Antropologia do Mercosul. O que proponho é pensar o provimento do sustento de filhas e filhos por meio do trabalho sexual como uma prática de cuidado efetiva: i) a qual confere sentido ao papel de mãe dessas mulheres; ii) que se distancia de outras formas de cuidar.

**palavras-chave:** Trabalho sexual; Maternidades; Cuidado.

## Motherhood among sexual workers: the livelihood as care practice

### abstract

In this article, I present reflections from data produced in the early weeks of my doctoral fieldwork, dedicated to thinking about family dynamics among sex workers, with a focus on motherhood. Such reflections were systematized, at first, for a presentation in a working group of the 14<sup>th</sup> Mercosur Anthropology Meeting. What I propose is to think the providing of livelihood of daughters and sons through sex work as an effective care practice that: i) gives meaning to the mothering role of these women; ii) distances itself from other forms of care.

**keywords:** Sex work; Motherhood; Caretaking.

## Introdução

Em primeiro lugar, cabe informar que uma primeira versão desse texto foi apresentada à XIV Reunião de Antropologia do Mercosul. Destarte, foram realizadas pequenas modificações a partir das discussões e reflexões proporcionadas pelas coordenadoras Ana Cecilia Gaitán (CONICET), Renata Albuquerque (USP), Rosa Carneiro (UnB), do grupo de trabalho intitulado Experiências de maternagem, práticas de



e215106

<https://doi.org/10.11606/ISSN.2316-9133.v32i2PE215106>

cuidado e políticas de reprodução social na América Latina, e pela debatedora Daniela Carolina Perutti (USP). Por se tratar de dados produzidos em um momento inicial do campo, o esforço aqui realizado foi orientado pelo que propunha o referido grupo de trabalho da XIV Reunião de Antropologia do Mercosul, cuja proposta convidava a refletir, dentre outras coisas, sobre maternagem e cuidado. Nesse sentido, trato de apenas uma das muitas camadas de análise possíveis que vêm sendo informadas a partir da etnografia em andamento.

Neste artigo<sup>1</sup> trago resultados bem preliminares de minha pesquisa de doutorado, iniciada em meados de abril de 2023, a qual se dedica a compreender dinâmicas familiares entre prostitutas<sup>2</sup>, com especial atenção às maternidades. Num primeiro momento, a ideia era pensar tais dinâmicas familiares a partir dos atravessamentos do estigma, assumindo que este é um elemento crucial que opera na tessitura de tais relações. Entretanto, em poucas semanas de trabalho de campo, uma interlocutora chamou a minha atenção para o amor<sup>3</sup> enquanto fundamento principal de construção das relações sobre as quais eu me debruçaria. “Alguém nos ama!” – me disse ela, convictamente. “Amor não é só casar” – complementou.

Quanto a escolha de tomar o amor como fio condutor, é importante pontuar que não se trata de assumir que ele opera o tempo todo; ou que as dinâmicas familiares, ainda que pretensamente pautadas em amor, sejam sempre positivas<sup>4</sup> para todas as pessoas envolvidas. Tampouco se trata de abandonar os atravessamentos do estigma. O deslocamento do estigma para o amor se funda no que ressoou como reivindicação nativa e que escolho levar a sério (Ingold, 2019) – nos termos de minha interlocutora: pensar “o amor como possibilidade de luta”.

Ante o exposto, tenho me dedicado a registrar e refletir a respeito de experiências de mulheres que por meio da prostituição viabilizam a sobrevivência de suas filhas e filhos e, em algumas situações, também de outros familiares. A prostituição é um fenômeno complexo, difuso e que pode ser observado em distintas temporalidades e diferentes contextos, sejam sociais, econômicos, culturais etc. e, em se tratando da realidade brasileira, é fortemente atravessado pelos marcadores de gênero, classe e raça. Para além desse limiar de complexidade, importa pautar que o labor prostitucional, por si só, já situa mulheres às margens da sociedade, desde uma perspectiva de moralidades e preconceitos.

---

<sup>1</sup> Quero aproveitar o ensejo para agradecer aos pareceristas pela leitura atenta, sugestões e comentários respeitosos e pertinentes. Deixo registrados também os parabéns à equipe editorial pelo dinamismo e pela celeridade do retorno. Prazeroso trabalhar assim!

<sup>2</sup> Esclareço que nesse primeiro momento da pesquisa todas as interlocutoras são mulheres cis. Isso não impede que o universo de interlocução se amplie ao longo do campo, abarcando, também, perspectivas e experiências de trabalhadoras sexuais não cis.

<sup>3</sup> É importante pontuar que Piscitelli (2011, 2016), em diálogo com outras autoras, tem explorado com muita autenticidade a dimensão afetiva das trocas sexuais mediadas por trocas econômicas para além da conjugalidade, argumentando e teorizando que tais relações são permeadas por amor, numa perspectiva que se distingue das noções do amor romântico ocidental.

<sup>4</sup> Em um diálogo crítico com o texto “What kinship is-and is not”, de Marshall Sahlins (2013), Janet Carsten (2014) chama a atenção para a importância do parentesco (ou dinâmicas familiares) também ser percebido a partir de seus aspectos negativos.

Complementarmente, é de suma importância sinalizar que o imaginário social imputa às prostitutas uma espécie de inabilidade familiar e maternal, o que reforça o estigma e, segundo a putativista Monique Prada, complexifica o “ser mãe”.

Minhas interlocutoras se distribuem em dois grupos – um de mulheres que trabalham em zonas/cabarés/boates em uma cidade do interior de Minas Gerais<sup>5</sup>, cujo labor é exercido sem o conhecimento das famílias da maioria delas; e outro de mulheres contemporaneamente autorreferenciadas como ativistas/putafeministas, as quais se colocam publicamente como defensoras dos direitos de trabalhadoras sexuais. Nesse segundo grupo, adentro ao universo de autoras-interlocutoras<sup>6</sup> e de ativistas que se engajam por meio de suas redes sociais, compartilhando conteúdos nos quais se observam cotidianos, rotinas de trabalho e de ativismo, eventos e encontros de associações de prostitutas/trabalhadoras sexuais, reflexões diversas a respeito de suas realidades familiares e de trabalho. Já nesse início do campo é latente que entre esses diferentes grupos há maneiras distintas de agência frente a maternidade e família.

Pensando especificamente no contexto das putativistas, tomo suas narrativas como “um núcleo de produção de conhecimento informado a partir da percepção das próprias trabalhadoras sexuais que são, portanto, agentes produtoras de saber” (Clarindo, Zamboni, Martins, 2022). Essa escolha se pauta no fato de a maioria delas comporem associações ou organizações locais/estaduais, vinculadas ou não a redes nacionais de trabalhadoras sexuais organizadas. Além da trajetória do movimento das trabalhadoras sexuais amplamente narrada nos livros de Gabriela Leite (1992; 2009) e Lourdes Barreto (2023), à luz das ideias de Touraine (1998) e Gohn (2008), há fatos consistentes que informam que o movimento das trabalhadoras sexuais no Brasil se impõe enquanto movimento social (Teodoro, Vale, 2018), o que dá ainda mais legitimidade à produção de conhecimento autônomo por parte da categoria. Em perspectiva diferente das putativistas, as experiências das interlocutoras do interior mineiro também fomentarão a produção de dados para estabelecer aproximações e distinções entre os dois contextos.

Os dados de campo têm me informado com certa recorrência nesse primeiro momento da pesquisa que, em diversas situações, o exercício do labor profissional não se concilia com a possibilidade de as mães estarem presentes no dia a dia das crias. O que me faz perceber, de antemão, que ao se colocarem como mães, minhas interlocutoras revelam a importância que é dada ao provimento do sustento de suas crias. O sustento, por definição, se vincula a noções como auxílio, amparo, manutenção, proporcionar a alguém o necessário para viver etc. Escolho, portanto, me desvencilhar um pouco das reflexões centradas nas tensões e complementaridades entre maternidade e maternagem<sup>7</sup>, propostas

---

<sup>5</sup> A escolha do interior mineiro enquanto lócus de trabalho se dá em função de ser minha região de origem, na qual possuo relações que viabilizam o campo em grande medida. Para além disso, a escolha também se ampara em meu momento de vida, em que a minha própria experiência com a maternidade colocou para mim o desafio de regressar temporariamente.

<sup>6</sup> Há especial diálogo com os livros das autoras-trabalhadoras sexuais: Gabriela Leite (1992, 2009), Monique Prada (2018), Georgina Orellano (2022), Lourdes Barreto (2023).

<sup>7</sup> Refletindo a respeito do gerar, parir e criar pessoas, num âmbito geral, cabe considerar duas categorias de análise, complementares, pertinentes para se pensar na reprodução e cuidado: a maternidade, enquanto

no escopo do grupo de trabalho da Reunião de Antropologia do Mercosul e tão caras às reflexões contemporâneas, posto que minhas interlocutoras precisam contar com estratégias particulares e peculiares para darem sentido às suas relações com suas filhas e filhos, de maneira a não serem colocadas em segundo plano da perspectiva do protagonismo na criação e formação das crias. O sustento ganha contornos, então, de uma prática de cuidado fundamental à maneira como elas se percebem enquanto mães, sendo exercido dentro dos limites do que lhes é possível.

### **Trabalho sexual / Prostituição em contexto**

Da perspectiva do autorreferenciamento das mulheres que estão no mercado sexual, há diversas maneiras possíveis de categorizá-las. Enquanto no recorte espacial do interior mineiro minhas interlocutoras se intitulam garotas de programa, prostitutas, periguetes etc., no campo do ativismo, dentre outras diversas formas de se nomearem – de prostitutas a acompanhantes – há todo um empenho e engajamento para ressignificação da palavra puta. Desta maneira, utilizarei ao longo do texto diferentes termos, mas todos diretamente vinculados ao trabalho sexual.

O campo da prostituição desperta grande interesse de pesquisadoras e pesquisadores de diversas áreas. Investigações antropológicas incorporam significativamente tais produções (para citar algumas: Bacelar, 1982; Fonseca, 1996; Pasini, 2000, 2005; Juliano, 2005; Sganzella, 2011; Olivar, 2013; Piscitelli, 2014, 2016; França, 2017). Em boa parte desses estudos, o foco nas prostitutas enquanto sujeitas políticas é uma perspectiva bastante evidente, principalmente em função da urgência da luta por direitos, de maneira que há amplo e rico material público dedicado ao assunto. Nesse sentido, farei um panorama sintético para contextualizar o trabalho sexual e situar meus interesses específicos quanto à temática.

“A profissão mais antiga do mundo” – assim o senso comum costuma se referir à prostituição. Tal maneira de definir essa atividade aponta para um paradoxo contemporâneo que nega o status laboral à prostituição, apesar de classificá-la como “profissão”. Não obstante, esse senso comum desmobiliza reflexões a respeito da prostituição enquanto um fenômeno social complexo. Para além desse esvaziamento do pensar mobilizado por chavões, argumento que o qualificador “prostituta”, potencialmente, obscurece toda e qualquer outra característica ou papel das mulheres, reduzindo-as ao ofício que exercem e imputando socialmente a elas, dentre outras coisas, incapacidade ou inabilidade maternal (Prada, 2018; Teodoro, 2019).

Ao longo da história ocidental, particularmente, a relação das sociedades com a prostituição tem sido marcada pela ambiguidade. Desde a antiguidade clássica (Roberts, 1998), perpassando o período medieval (Roberts, 1998; Federici, 2017), até os tempos atuais (Roberts, 1998; Rago, 2014; Leite, 1992, 2009; Prada, 2018; Teodoro, 2021), tensões entre prostituição, modelos familiares, Igreja, Estado, sociedades etc. fazem pairar em torno da atividade uma atmosfera que pendula entre um mal necessário e algo a ser extinto. Trata-se

---

fenômeno biológico; e a maternagem como algo fabricado socialmente, que diz respeito a cuidados próprios de mãe, mas não exercidos necessariamente por elas (BALUTA; MOREIRA, 2018).

da chamada dupla moral (Roberts, 1998; Prada, 2018), que implica que ao mesmo tempo em que a prostituição é vista da perspectiva do pecado, da promiscuidade, da subversão, ela é tolerada em função das necessidades sexuais dos homens que não satisfazem seus desejos mais íntimos com suas esposas, tornando, assim, a figura da prostituta fundamental para a manutenção da instituição familiar (Roberts, 1998; Federici, 2017; Prada, 2018; Orellano, 2022). Considerando que o modelo familiar ideal também abarca a esposa dedicada ao lar e à reprodução familiar, a prostituta se torna inadequada, também, à maternidade.

Num esforço para demonstrar que as fronteiras entre prostituição e família são tênues, Federici (2019) diz que o controle sexual sobre as mulheres faz com que toda troca sexual seja sublinhada sempre pela prostituição. O argumento da autora se dá pelo entendimento de que, para as mulheres, sexo é trabalho, uma vez que “proporcionar prazer para os homens é uma parte essencial do que se espera de todas as mulheres” (p. 58). Seja dentro dos vínculos do casamento enquanto trabalho não pago, seja nas relações casuais sem troca econômica, seja nas relações assumidamente mediadas por trocas econômicas (trabalho sexual, de maneira geral), Federici (2019) compreende e defende o sexo enquanto trabalho.

Há, também, uma perduração temporal das cruzadas morais e da pedagogia social-religiosa (Juliano, 2005; Teodoro, 2019) em relação à prostituição. Para além disso, considerando o feminismo enquanto um movimento social amplo, se faz necessário pontuar que há vertentes distintas que lidam diferentemente com a questão da prostituição (Juliano, 2005; Piscitelli, 2012). E é imprescindível destacar que mesmo entre os feminismos, há vertentes<sup>8</sup> que não acolhem demandas e perspectivas de trabalhadoras sexuais, além de sustentarem discursos de desqualificação e criminalização dessas mulheres (Juliano, 2005; Prada, 2018). Movimentos abolicionistas em relação à prostituição argumentam pela necessidade de uma espécie de tutela, como se as prostitutas não tivessem voz ou como se estivessem completamente equivocadas sobre suas próprias existências. Ao me opor à maneira abolicionista e tutelar de olhar para a prostituição, não ocorre romantizá-la, mas pensá-la como um trabalho precário, dentre tantos outros (Federici, 2019); e de compreender que não é possível debater a respeito, formar entendimentos e, principalmente, dizer o que deve ser feito por/a um grupo sem que esse grupo seja sistematicamente ouvido e levado a sério.

O movimento de identificação de prostitutas brasileiras com o feminismo é recente, além de um processo lento, realizado por meio de um trabalho de compartilhamento de experiências e multiplicação de saberes, conforme narra Monique Prada (2018). E o fato de algumas prostitutas se assumirem feministas acaba sendo recebido como afronta por vertentes conservadoras do movimento, posto que muitas mulheres se recusam a qualquer tipo de identificação e/ou diálogo com prostitutas.

Para tratar a prostituição no cenário brasileiro contemporâneo, tomo-a enquanto atividade laboral de prestação de serviço sexual realizada por pessoas maiores de idade e

<sup>8</sup> A exemplo do chamado “radfem”, vertente feminista que trata as prostitutas como vítimas e pessoas incapazes de refletir e decidir sobre a própria vida. Tal movimento também rejeita e discursa contra identidades transfemininas, classificando essas pessoas como “mulheres de pênis”, assumindo uma perspectiva estritamente biológica e conservadora de gênero, sexualidade e identidade.

com autonomia da vontade – e somente nessa condição. Além de não configurar como crime no Código Penal, a categoria de profissionais do sexo, dentre os quais está a prostituta, foi incorporada à Classificação Brasileira de Ocupações, no ano de 2005, sob o número 5.198, o que torna inequívoco seu *status* de trabalho. O documento versa o seguinte:

Descrição Sumária: Buscam programas sexuais; atendem e acompanham clientes; participam em ações educativas no campo da sexualidade. as atividades são exercidas seguindo normas e procedimentos que minimizam a vulnerabilidades da profissão. Formação e Experiência: Para o exercício profissional requer-se que os trabalhadores participem de oficinas sobre sexo seguro, o acesso à profissão é restrito aos maiores de dezoito anos; a escolaridade média está na faixa de quarta a sétima série do ensino fundamental. Condições Gerais de Exercício: Trabalham por conta própria, em locais diversos e horários irregulares. No exercício de algumas das atividades podem estar expostos a intempéries e discriminação social. Há ainda riscos de contágios de dst, e maus-tratos, violência de rua e morte. (Extraído de <https://www.ocupacoes.com.br/cbo-mte/5198-profissionais-do-sexo>, acesso em 31 out. 2022).

É importante esclarecer que a prostituição não se confunde com tráfico de pessoas e nem com exploração sexual, posto que ambas as situações se dão alheias ao consentimento; e, menos ainda com exploração sexual infantil ou abuso sexual de menores (Brasil, 1940). Delimitar essas diferenciações é de extrema importância para que a prática de crimes não sirva de argumento aos esforços de desqualificação e tentativas de criminalização da prostituição. Não obstante, o combate à pedofilia e à exploração sexual infantil é pauta pública, sistematicamente divulgada em redes sociais de associações de prostitutas e de putativistas. Inclusive, na própria Classificação Brasileira de Ocupações consta que combater exploração sexual de crianças e adolescentes é atividade inerente à ocupação da/do profissional do sexo.

Nesse sentido, cabe refletir sobre dois aspectos: primeiro, se defendem a prostituição enquanto trabalho legítimo é importante delimitar claramente as fronteiras do labor e da exploração sexual infantil, de maneira a diferenciar uma atividade trabalhista de um crime. Segundo, quando defendem a integridade de crianças e adolescentes de maneira geral, defendem não apenas filhas e filhos de outras mulheres, mas também suas próprias filhas e filhos, afinal, muitas prostitutas são mães.

### **Imagens de controle, moralidades, imaginário social**

Ao colocar mulheres negras estadunidenses em contexto, Patrícia Hill Collins (2005) argumenta que imagens de controle são mecanismos utilizados para dar ar de normalidade ao racismo, sexismo, pobreza e uma série de injustiças sociais. Tomando emprestadas as reflexões da autora, cabe ampliar a noção analítica sobre a produção social de imagens de controle, de maneira a argumentar que ela também opera sobre as prostitutas. Trata-se da construção de estereótipos e percepções hegemônicas que conformam um imaginário social que se pretende capaz de enquadrar, limitar e, de fato, controlar determinados grupos de pessoas.

Literatura e arte, dentre outros recursos, são ferramentas pertinentes para se pensar em como imaginários sociais e imagens de controle se criam e se estabelecem. De maneira que recorro a dois livros – Hilda Furacão, de Roberto Drummond (1991) e Tudo é rio, de Carla Madeira (2014), e a letra de uma música – Geni e o zepelim, de Chico Buarque (1979) para refletir a esse respeito.

Puta. Não tem outro no me para Lucy. De profissão ela era puta mesmo. Trabalhava num puteiro, vivia num puteiro. Mas não era puta só por isso. Se só por isso fosse, podia outros nomes mais respeitosos, como meretriz ou prostituta. Era puta e pronto, que essa palavra, a seco, carrega um xingamento, que quem conhecia Lucy queria logo desabafar. Tinha um jeito baixo e arrogante de provocar todo mundo esfregando o sexo sem censuras, descobrindo os seios e atirando palavras cruas encharcadas de lama. Uma beleza disputada a tapas pelos frequentadores dava a ela o poder de não bastar aos olhos: quem via Lucy, queria degustar. Dizem que sabia fazer o diabo com um homem na cama. Não tinha um que não quisesse mais. Lucy tinha vontade. Não aceitava dó de ninguém, repelia com sadismo as senhoras cristãs que lhe ofereciam um pouco de bondade. Eu pratico o gozo e não o sofrimento, humilhava. Vivia dizendo que daquele puteiro, e talvez de todos os outros puteiros do mundo, ela era a única puta que podia ser chamada de mulher de vida fácil. Quer vida mais fácil do que a minha, uma puta que gosta de dar? (Madeira, 2014: 11-12).

Depois de fechada a porta do quarto 304, vinha o momento em que dava o célebre beijo naqueles homens aflitos e os deixava atacados para todo o sempre pelo Mal de Hilda; por fim, o ritual para ficar nua – despia-se lentamente, cada peça de uma vez, até ficar apenas com a calcinha preta, que mereceu um poema do poeta Édison Moreira; a cronometragem só começava quando a lâmpada vermelha acendia na porta do quarto 304 – chegava então a hora mais aguardada: a hora de fazer amor com Hilda Furacão e subir pelas paredes (Drummond, 1991: 76).

Voluptuosa, insaciável, promíscua, dominadora, feiticeira, gulosa, dominadora, escória etc. O imaginário social sobre a prostituta delinea quase uma não-mulher, posto que tudo o que ela representa é oposto daquilo que se espera ou se projeta quando se toma por referência um ideal de feminilidade. Nesse sentido, ao longo da história classificam-se dicotômica e respectivamente mulheres não prostitutas e prostitutas como boas/más, puras/impuras, santas/putas, honestas/desonestas, recatadas/vadias etc., como discutido por Roberts (1998), Rago (2014), Federici (2017), Leite (1992, 2009), Prada (2018) e Engel (2004). E a sociedade reage a essa não conformidade idealizada de diversas maneiras – pela via do preconceito, pela violência retórica, pela violência física, pela violência simbólica etc., como muito bem musicado por Chico Buarque: “Joga pedra na Geni / Joga bosta na Geni / Ela é feita pra apanhar / Ela é boa de cuspir / Ela dá pra qualquer um / Maldita Geni! (Holanda, 1979).

Para além do conjunto de imaginários e imagens que estereotipam a prostituta em função do exercício de uma sexualidade que subverte moralidades<sup>9</sup>, como já mencionado, a crença acerca da inabilidade maternal e familiar também se impõe sobre

---

<sup>9</sup> No conjunto de moralidades que fomentam o estereótipo da puta, está a crença de que o dinheiro corrompe a intimidade – o que é analisado e contestado por Viviana Zelizer (2009)

essas mulheres. É importante ressaltar que há uma perspectiva histórica quanto a permanências de um modelo de maternidade e, também, de feminilidade (Roberts, 1998; Engel, 2004; Rago, 2014; Teodoro, 2019), no qual a mulher deve ser dedicada ao lar, ao marido e aos filhos, sem atribuir a esse ofício um caráter negativo. Essa romantização da maternidade, que deriva de um olhar para tal tarefa enquanto uma espécie de sacerdócio, vem sendo questionada há algumas décadas (Badinter, 1985 ; Kitziinger, 1987).

Cabe pontuar que, contemporaneamente, além do papel de mãe e esposa, é esperado que a mulher também trabalhe e contribua com o sustento da casa. Entretanto, há trabalhos que são socialmente aceitos, considerados dignos ou adequados, enquanto outros não. No limite, às margens da margem, está a prostituição. Outro aspecto a destacar é que ainda que novos arranjos familiares venham sendo incorporados às noções de família socialmente referendadas – como as famílias homoafetivas e os casos de co-produção (Fonseca, 2008), mães-solo (Finamori; Batista, 2022), parentalidades transexuais (Monteiro, 2018) etc. – as trabalhadoras sexuais não são contempladas pela pretensa diversidade que vem sendo paulatinamente aceita.

### **Fala, mulher da vida!**

Lourdes Barreto (2023) narra que em 1984, num encontro promovido pela Pastoral da Mulher Marginalizada em Salvador/BA, no qual prostitutas eram chamadas de “meninas” enquanto outras pessoas falavam em nome delas, Gabriela Leite decidiu pegar o microfone<sup>10</sup> e falar por si mesma, inclusive, se autorreferenciando como puta. Mais tarde, em 1987 aconteceu o I Encontro Nacional de Prostitutas<sup>11</sup>, cujo título dessa sessão é análogo. Na ocasião, Gabriela Leite (1992, 2009), ao lado de Lourdes Barreto (2023), inaugurou de vez a voz pública das prostitutas, num evento que contou com apoio de artistas, pessoas da classe política, sociedade civil e até algumas representações da igreja católica. Desde então, um movimento organizado e autônomo vem sendo produzido por trabalhadoras sexuais, se inserindo nos espaços possíveis e pautando a luta da categoria por direitos e reconhecimento. Tal empreitada também conta com alianças, a exemplo da academia, pastorais, grupos políticos etc. Mas é consenso entre ativistas e aliadas que as pautas da categoria enfrentam uma luta bastante árdua e que demanda estratégias coletivas e solidárias para sensibilizar e mobilizar a sociedade de maneira mais ampla.

Para apresentar perspectivas de minhas interlocutoras, me ancoro na argumentação de Cláudia Fonseca (2007), de maneira que opto por não utilizar nomes reais em todas as vezes que estiver apresentando situações particulares, seja na interlocução com ativistas ou com as trabalhadoras das zonas do interior de Minas Gerais. Os argumentos da autora: i) o caráter do texto etnográfico não é transcrever a realidade de maneira literal, mas descrever pormenores da vida social; ii) há de se considerar o caráter

---

<sup>10</sup> Pensando da perspectiva de categorias postas às margens e tuteladas nos espaços do debate público, esse ocorrido me remete à célebre epígrafe “Cumé que a gente fica?”, utilizada por Lélia González (2020) como introdução para seu texto “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. A ruptura de silenciamentos costuma ser incômoda, indigesta, lida como inadequada. Mas é assim que realidades outras, que não a hegemônica ou a excludente, podem ser vislumbradas.

<sup>11</sup> Para mais informações, ver Lenz (2014).

privado da intimidade quando se lida com os cotidianos das pessoas; iii) também não se trata de reverberar causas nativas, mas provocar a reflexividade do leitor quanto a seu próprio sistema de classificação, a partir da produção textual de cenas de subjetividades que escapam das lógicas previstas pela hegemonia. De maneira que em relação às interlocuções particulares “o anonimato das personagens do texto etnográfico não implica necessariamente numa atitude politicamente omissa do pesquisador” (Fonseca, 2007: 42). Entretanto, quando eu trago as ativistas por meio de suas vozes já públicas, há sim a reverberação das causas nativas. Destarte, enquanto antropóloga, pendulo entre uma atitude mais ética, quando se trata das coisas da vida privada; e uma atitude mais política quando referencio os nomes das pessoas trazendo trechos de livros, dados coletados em perfis públicos de redes sociais, *lives*, *podcasts* etc., demarcando, conseqüentemente, a escolha de fazer uma pesquisa engajada e assumindo meu lugar de aliada do ativismo. Neste sentido, concordo com Letícia Barreto (2022), que em diálogo com autoras também aliadas ao movimento das trabalhadoras sexuais, defende a importância de se participar da construção de redes de solidariedade e de luta, desde os lugares que ocupamos na academia.

Para colocar as dinâmicas familiares em evidência, chamo a atenção para o segundo livro publicado por Gabriela Leite (2009) – “Filha, mãe, avó e puta: a história de uma mulher que decidiu se prostituir”. Não apenas no título, mas em todo o livro, há o acionamento de vários papéis familiares ocupados pela autora, além de maternidade e família permearem em larga medida a sua narrativa (Teodoro, 2022).

Monique Prada (2017, 2018) tensiona questões referentes à maternidade recorrentemente em seu livro e em seus textos publicados em mídias eletrônicas. Mas não só. A autora também evoca seus múltiplos papéis dentro de uma estrutura familiar:

Falo a partir da minha experiência de mulher, filha, mãe, avó. [...] branca de ascendências, e com traços quase indígenas (“bugra”, se dizia de minha avó materna, que pariu minha mãe aos 14 anos), filha de pai bancário e mãe dona de casa, não fui exatamente, na maior parte da vida, uma mulher de classe média. Experimentei não só a prostituição, mas também a pobreza. de certa forma, por escolha própria: saí da casa de meus pais para o mundo ainda bem jovem, arcando com todas as conseqüências de ser alguém que, sem formação, estrutura e apoio adequados, se joga na vida levando uma criança pequena pela mão (Prada, 2018: 40).

Orellano (2022) narra uma situação relativa à maternidade, dentre tantas outras, em que foi acusada de negligência pelo pai de seu filho e correu o risco de perder a guarda do menino. Ao que questiona e desabafa:

Pusieron en duda mi desempeño como madre y pasé la prueba de fuego. Cuánta impotencia sentía que hasta eso nos cuestionaron a las putas. ¿Pasarán una abogada, una docente, una enfermera por lo que debemos pasar nosotras? ¿Se les querrá quitar la tenencia de sus hijxs aduciendo que no están aptas para ejercer plenamente su maternidad por la actividad que realizan? ¿Deberán demostrar ser buenas madres? A las putas sí nos pasa. Por el estigma y la mirada social que pesa sobre nuestra actividad, sumados a la falta de reconocimiento estatal. Muchas, lamentablemente, no tienen la suerte que tuve yo y sus hijxs quedan en manos del progenitor o de su familia (Orellano, 2022: 69).

Sendo Orellano argentina, é explícito que há uma partilha inequívoca do imaginário social sobre as trabalhadoras sexuais, para além do contexto nacional.

Lourdes Barreto (2023) narra sua trajetória de vida em Puta autobiografia. Dentre outras coisas, conta sobre suas empreitadas de trabalho em Serra Pelada, na década de 1970, quando se dividia entre o trabalho sexual no ambiente do garimpo e visitas periódicas aos filhos, que ficavam com a família extensa, a quem Lourdes entregava dinheiro para o sustento. A autora também fala detalhadamente de sua saga para amamentar a filha mais velha, no contexto da ditadura civil-militar (1964-1985), quando precisava deixar o bordel em que trabalhava e atravessar as ruas do Quadrilátero do Amor em Belém-PA sem ser vista, para chegar até a menina que era cuidada por uma ex-prostituta dedicada a olhar muitas outras crianças. Em uma dessas ocasiões, foi presa por reclamar da violência contra uma colega. Na delegacia, enquanto o leite vazava abundantemente de seus seios, a ponto de deixar a roupa molhada, a mãe apenas pensava na filha, que certamente chorava de fome.

Em ocasião do Dia das Mães, nesse ano de 2023, muitas associações e ativistas publicaram mensagens e pequenos vídeos. Transcrevo as falas de dois deles, oriundos do perfil da Associação das Prostitutas da Paraíba no Instagram:

Meu nome é Adriana, sou prostituta, sou educadora da APROSPB. Eu tenho 3 filhos mas criei mais 2. O total é 5. Mas de sangue é 3. Sempre trabalhei na zona e escolhi a profissão de prostituta pra criar meus filhos. E eles não são diferentes dos filhos de qualquer uma pessoa. Sempre estudaram. Hoje eles são educados. Consegui formar 2 irmãs minhas. Tudo formada, tudo estudada. Que nem filho de qualquer outra pessoa. E a minha profissão ainda continua a ser prostituta. É a profissão que eu carrego. Se eu nascer de novo, quero ser prostituta de novo. Tenho orgulho de ter meus filhos e tenho orgulho da mãe que eu sou. Como a sociedade diz: “filho da puta”. Eu sei que eles são filhos da puta! A todas guerreiras, feliz dia das mães. Nós, guerreiras, prostitutas. Mulheres que amamos muito e que fomos muito amadas. E que desses amores nasceram nossos filhos. O fruto. Parabéns a todas!

Sou Luza, sou mãe, avó e prostituta. Tenho 4 filhos e eu parabenizo a todas as mulheres, mães, prostitutas, que criam seus filhos, que batalham, com toda a dificuldade que a gente enfrenta, como toda profissão tem dificuldade. Mas a gente luta e cria nossos filhos, educa. Minha filha mais velha vai se formar esse ano, arquiteta. Os outros dois já se formaram em administração e a outra mais nova não se formou ainda, mas tá estudando. E eu me formei. Consegui criar filho e ainda pagar um curso pra mim. Me formei em ciências contábeis. No dia que eu me formei, se formou eu e meu filho. Nós dois colamos grau juntos. Foi dupla emoção. E como a companheira Lourdes Barreto costuma dizer: os nossos filhos são o maior palavrão da sociedade, que são os filhos da puta. E a gente tem eles nas nossas vidas cuidados e criados com todo carinho. E é bom que a gente faz isso. A gente trabalha é pra isso. Feliz Dia das Mães. Parabéns a todas as mulheres prostitutas, mães.

O fato dessas mulheres partilharem publicamente suas experiências como mães se constitui em atitude reivindicatória pelo reconhecimento de um papel para além daquele por meio do qual elas e suas companheiras de labor são quase exclusivamente percebidas: o de prostitutas. Ao acionarem insistentemente o lugar de mães, compreendo que ainda há muito a ser ouvido e perscrutado por parte das pesquisas acadêmicas. Trata-se de uma

dimensão de suas existências que, como já referenciado, não faz parte do imaginário social a respeito das prostitutas e que é invisível à sociedade da qual elas participam – parafraseando Monique, da sociedade que as alimenta, mas que não as quer sentadas à mesa (Prada, 2018).

Reverberando a diversidade de experiências com a maternidade tornadas públicas, no universo das experiências particulares – de ativistas ou trabalhadoras do interior – há, também, uma multiplicidade de situações. Narrarei algumas substituindo nomes por pseudônimos, alterando dados como idade e evitando descrições que possibilitem identificação das pessoas.

Dandara é mãe de Giovanna, de 9 anos de idade. A filha está em outra cidade, com a avó materna. Dandara é muito sorridente, falante. Disse-me que gosta de sair e só tem folga aos domingos. Ela mora na zona, que também é seu local de trabalho.

Vívian narra situações constrangedoras que já passou com a filha, Dani, uma mulher já adulta. Por exemplo, homens darem em cima de Dani, de maneira desrespeitosa, por saberem que Vívian é trabalhadora sexual. Segundo Vívian, há certa fetichização de filhos das putas. Questionada se a ideia da fetichização tratava-se de hipótese ou constatação, Vívian afirma, categoricamente, que é constatação.

Antes de ser prostituta, Lena era agenciadora. Costumava cuidar de filhas e filhos das mulheres que agenciava, para que as mães pudessem trabalhar tranquilamente. O relato de Lena trouxe à minha memória um interlocutor de minha pesquisa de mestrado (Teodoro, 2019), que me contou que quando criança, na década de 1959, morava numa região de zonas com a mãe. Segundo ele, as prostitutas compartilham muitas coisas do cotidiano, dentre elas, os cuidados com os filhos e filhas das colegas. Jeferson Bacelar (1982) também narra situações de partilha de cuidados com crianças filhas de trabalhadoras sexuais fora do âmbito das famílias extensas. Essa recorrência de compartilhamento de cuidados em diferentes espaços e temporalidades é indicativo da produção de laços de solidariedade entre as pessoas nesse meio de trabalho, mediada pelas crianças – algo a se investigar com mais afinco ao longo do campo.

Samanta trabalha numa zona do interior, mas mora numa casa alugada. Isso torna a situação de Samanta peculiar, posto que a maioria de suas colegas não apenas trabalham, mas, também, moram na zona. Tem duas filhas, sendo que a mais nova mora com ela e fica com uma babá quando a mãe está no trabalho. Samanta viaja com frequência até a cidade onde reside a filha mais velha, de 8 anos, que mora com a avó materna. É ela quem provê todo o sustento das duas filhas.

Conheci Patrícia bem antes de pensar em realizar essa pesquisa, na zona em que ela trabalhava. Mas lembro-me que ela se apresentou dizendo que não aguentava mais aquela vida e só permanecia ali por causa da filha, que à época tinha menos de um ano de idade. Sacou o celular para mostrar uma foto da menina, que morava com a avó materna. Reencontrei Patrícia recentemente, agora em campo. Entre idas e vindas, voltou para a zona. A filha segue com a avó e a mãe é quem paga todas as despesas da menina.

Fran se divide entre temporadas na zona e em casa. Tem dois filhos que moram com a avó materna e são olhados por uma babá. O pai das crianças, ex-marido de Fran, é egresso do sistema carcerário. Ele sabe do trabalho da mãe dos filhos, mas não conta para a

família, porque, segundo a própria Fran, a respeita e gosta muito dela. Inclusive, de vez em quando, o pai convence a avó paterna a ficar com as crianças quando Fran precisa se ausentar por mais tempo para fazer um dinheiro extra, para ela não precisar gastar com a babá. Fran também é ajudada por três “velhos” que gostam muito dela. Ela afirma que é só telefonar para algum deles dizendo que precisa de algo para o filho que o dinheiro não demora a chegar, ainda que não haja uma troca sexual nessas ocasiões. Perguntei a Fran o que ela achava disso. Ela disse-me que via como uma forma de gostar.

Juliana, mãe de três crianças, também se divide entre a zona e a casa da mãe, em outra cidade. Cada filho dela é de um casamento. A mais velha mora com o pai e está na pré-adolescência. Juliana diz que toda vez que a menina fica “difícil”, ela precisa intervir – telefona para falar com a filha, chamar a atenção e obrigá-la a se comportar. As filhas mais novas moram com a avó materna. A mãe de Juliana, além de saber do trabalho que a filha exerce, também é prostituta. Perguntada sobre como é ficar longe das filhas, uma vez que não precisa esconder o trabalho da família, justificou dizendo que trabalhar naquela zona específica vale muito a pena. Entretanto, aproveita toda vez que está menstruada para passar uma semana com as crianças. Além do trabalho na zona, Juliana anuncia seus serviços num site de agendamento de encontros. Perguntada sobre os ganhos, disse que dá pra fazer um dinheiro bom, suficiente para cuidar das filhas e para cuidar de si, já que precisa investir no visual e em roupas para atrair clientes.

Milena tem um filho pequeno. Tentou abortar quando soube que estava grávida. Usou drogas e se prostituiu à exaustão para tentar colocar a criança pra fora. Tudo em vão. Tornou-se mãe quando o filho nasceu, cujo pai ela diz ter amado demais. Milena sustenta o filho sozinha, mas conta com o apoio da família extensa.

Esse conjunto diverso de experiências com a maternidade talvez seria lido ou percebido diferentemente caso não estivesse claro se tratar de trabalhadoras sexuais. Reverberando os questionamentos de Orellano (2002), uma advogada, uma professora ou uma enfermeira, por exemplo, teriam a maternidade colocada em xeque, como fazem com as putas? Me insiro dentre essas mães que não são questionadas por deixarem os filhos com outras pessoas quando precisam trabalhar ou tratar dos próprios interesses. Ao contrário, a cada ausência minha que se faz necessária há celebração pelos meus esforços que, conseqüentemente, beneficiam meus filhos, além do reconhecimento por eu dar conta de tantas coisas.

Outro ponto importante a ser observado é que a maior parte das interlocutoras mencionadas são as únicas responsáveis pelo provimento do sustento, uma vez que os pais não assumem suas obrigações quanto às despesas dos filhos. Da perspectiva das redes de apoio que são mobilizadas, os pais são mencionados e indicados com algum tipo de participação na vida das crias apenas nos casos de Fran a Juliana. No caso de Orellano o pai também é mencionado, mas em função de ter tentado tomar a guarda do filho, pautado no esforço de deslegitimar o papel de mãe de Orellano em função de seu trabalho como prostituta.

Para além das reflexões quanto a quais mulheres têm sua função materna questionada ou não em função de ausências, há imperativos sociais e culturais que implicam na máxima de que “mãe é quem cria”. A esse modo de “criar”, é intrínseca a ideia

de presença e lida cotidiana, a exemplo das funções diretas de dar banho, preparar comida, levar e buscar na escola, lidar com situações de doenças e noites mal dormidas, auxiliar nas tarefas de escola, brincar, educar em sentido amplo etc. Esse conjunto de ações, sem dúvidas, é inerente a certa maneira de cuidar, além de fundamental no processo de “criar” pessoas. Entretanto, o argumento que proponho é de que o cuidado não precisa ser limitado ou estar restrito à presença e nem às funções desempenhadas na lida cotidiana. Isso porque, retomando a realidade das prostitutas, reforço, como indicado na introdução, o entendimento de que o sustento é uma forma de cuidado primordial e central, que mantém os vínculos e, principalmente, atribui sentido à maternidade, fazendo com que minhas interlocutoras se sintam mães, apesar da distância física das crias. No âmbito das ativistas, o sustento é marca distintiva de como o trabalho sexual viabiliza a construção e manutenção dos membros das famílias.

Ante o exposto, me ancoro na ideia de que “poner el énfasis en lo que tenemos en común más que en aquello que nos separa, puede ser una buena forma de acercarnos a las ‘otras mujeres’, es la estrategia que propone Gail Pheterson para tratar con las prostitutas” (Juliano, 2005, p. 105). Concordando com a autora, penso que trazer à baila o que há de comum entre as mulheres – prostitutas e não prostitutas – enquanto estratégia de aproximação e, no meu caso, pensando as maternidades, é um recurso potente para construir novos olhares sobre essa categoria de mulheres e suas famílias. Dentre possibilidades de aproximações, pensando necessariamente em labores diferentes do trabalho sexual, proponho refletir a partir de perguntas, tais como: a possibilidade de remunerar babás ou cuidadoras que cumprem as funções cotidianas do cuidado deslegitima a maternidade?; avós e redes de apoio não remuneradas que cumprem as funções cotidianas do cuidado fazem com que as mães se sintam menos mães?; há algum tipo de sensibilização social com as mães prostitutas nos casos em que elas sustentam sozinhas suas crias, a exemplo do que acontece com mulheres que exercem outros trabalhos?. Analiticamente, talvez a principal pergunta seja: como as moralidades mobilizam a empatia das pessoas e como contribuir para que essas “outras” sejam percebidas e apreendidas como “menos outras”?

### **Considerações parciais/preliminares**

No que tange às dinâmicas familiares, quando se trata das trabalhadoras sexuais, o imaginário social e as imagens de controle sobre elas imputam, dentre outras coisas, a ideia de serem inábeis à maternidade. Destarte, ao assumirem um labor não aceito socialmente e ao subverterem os pressupostos de controle sobre seus corpos, sexualidades e direitos reprodutivos se tornando mães, essas mulheres são diferentemente cobradas quanto às obrigações para com a prole e a família, quando comparadas a outras categorias de mulheres.

Da perspectiva analítica sobre essas dinâmicas familiares, ainda que olhando para dados de campo ainda bastante embrionários, chamo a atenção à pertinência da centralidade no cuidado – e não nas tensões ou complementaridades entre maternidade e maternagem. No universo de minhas interlocutoras, o cuidado não se restringe às ações cotidianas das práticas, mas implica na produção de redes diversas e muitas vezes

complexas de relações, negociações, circulação de pessoas – tanto mulheres quanto crianças – e, especialmente, é materializado pelo envio de remessas e pelo sustento, em sentido amplo – tudo mobilizado pelo amor que essas mulheres sentem pelas crias. Faço essa proposição analítica ancorada em Sherry Ortner (1995), que argumenta que a recusa etnográfica é contraproducente à prática antropológica. Inspirada nos argumentos da autora, penso que é por meio da etnografia e da experiência de campo que a materialidade pode ser articulada com a teoria e novas teorias podem ser delineadas, iluminando entendimentos.

No contexto das ativistas, a reivindicação do papel de mãe implica em ato político e público, cuja intenção é chamar a atenção para a existência de suas famílias, as quais são orgulhosamente sustentadas pela via do trabalho sexual. No contexto das zonas do interior mineiro, a evocação da maternidade enquanto motivo para se estar no trabalho sexual é bastante comum e pode soar às vezes como uma justificativa que dê plausibilidade para a opção por um labor marginalizado. Da perspectiva das mães com quem tenho dialogado, a distância não rompe os vínculos e, não necessariamente, os enfraquece. Ademais, com o amplo acesso às tecnologias da informação, redes sociais e aplicativos de mensagens são ferramentas bastante utilizadas para manutenção de um contato que permite, em certo sentido, participação no cotidiano das crias.

Como gancho para análises futuras, sinalizo diálogos com os trabalhos de Andréa Lobo (2014) sobre famílias tecidas à distância em Cabo Verde. Como isso pode ser pensado em minha pesquisa? Em resumo, desde já, é perceptível que a maternidade é diferentemente acionada em cada um dos contextos observados – seja enquanto reivindicação de reconhecimento, seja enquanto justificativa para a ocupação laboral escolhida – mas sempre chamando a atenção para a importância que crias e família têm para essas mulheres.

Por fim, para somar as maternidades entre prostitutas aos arranjos e dinâmicas familiares não hegemônicos, me ancoro nas ideias de Abu-Lughod (2018, 2020), de uma escrita contra a cultura, a partir do entendimento de que mergulhar em histórias particulares permite compreender como se dão as negociações dos sujeitos e como os tensionamentos inspiram práticas e ações; e como essas histórias particulares possibilitam que os de fora possam perceber o “outro” como “menos outro”. A partir disso, compreendo ser possível somar esforços aos saberes e articulações localizados já produzidos pelas próprias trabalhadoras sexuais, contribuindo especialmente com reflexões sobre a maternidade e chamando a atenção para as tessituras do amor.

### **Referências Bibliográficas**

- ABU-LUGHOD, Lila. 2018. “A escrita contra a cultura.” *Equatorial*, v. 5, n. 8: 193-226. DOI: <https://doi.org/10.21680/2446-5674.2018v5n8ID15615>.
- ABU-LUGHOD, Lila. 2020. *A escrita dos mundos de mulheres: histórias beduínas*. Rio de Janeiro: Papeis Selvagens Edições.
- BACELAR, Jeferson Afonso. 1982. *A família da prostituta*. São Paulo: Ática.

- BADINTER, Elisabeth. 1985. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- BALUTA, Maria Cristina; MOREIRA, Dircéia. 2018. “A injunção social da maternagem e da violência.” *Estudos Feministas*, v. 27, n. 2: 1-11. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n248990>.
- BARRETO, Letícia Cardoso. 2022. “Pesquisa feminista e prostituição: tecendo redes de solidariedade e luta.” *Revista Estudos Feministas*, v. 30, n. 3: 1-12. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n377661>.
- BARRETO, Lourdes. 2023. *Puta autobiografia*. São Paulo: Claraboia.
- BRASIL. Decreto-lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940. “Código penal.” *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 1940. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm). Acesso em: 21 out. 2022.
- CARSTEN, Janet. “A matéria do parentesco.” 2014. *R@U – Revista de Antropologia da UFSCAR*, vol. 6, n. 2: 103-118. DOI: <https://doi.org/10.52426/rau.v6i2>.
- CLARINDO, Adrielly; ZAMBONI, Jésio; MARTINS, Rafaela Werneck Arenari. 2022. “Andando entre cabarés: conhecendo os saberes da putaria.” *Cadernos Pagu*, vol. 65: 1-13. DOI: <https://doi.org/10.1590/18094449202200650004>.
- DRUMMOND, Roberto. 1991. *Hilda Furacão*. São Paulo: Siciliano.
- ENGEL, Magali. 2004. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense.
- FEDERICI, Silvia. 2017. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante.
- FEDERICI, Silvia. 2019. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante.
- FINAMORI, Sabrina; BATISTA, Maria Alice Magalhães. 2022. “Categorias empíricas e analíticas: mães-solo e monoparentalidade feminina.” *Mediações*, v. 27, n. 3: 1-19. DOI: <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2022v27n3e46283>.
- FONSECA, Cláudia. 1996. “A dupla carreira da mulher prostituta.” *Estudos Feministas*, vol. 4, n. 1: 7-33. DOI: <https://doi.org/10.1590/%25x>.
- FONSECA, Claudia. 2007. “O anonimato e o texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia ‘em casa’.” *Teoria e Cultura*, v. 2, n. 1: 39-53. <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12109>.
- FONSECA, Claudia. 2008. “Homoparentalidade: novas luzes sobre o parentesco.” *Estudos Feministas*, vol.16, n. 3: 769-783. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300003>.
- FRANÇA, Marina. 2017. “A vida pessoal de trabalhadoras do sexo: dilemas de mulheres de classes populares.” *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, n. 25: 134-155. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2017.25.07.a>.
- GOHN, Maria da Glória. 2008. *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola.
- GONZÁLEZ, Lélia. 2020. “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. In *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*, 75-93. Rio de Janeiro: Ed. Zahar.

- HILL COLLINS, Patricia. 2005. "Black women and motherhood". In *Motherhood and space: configurations of maternal through politics, home and the body*. New York: Palgrave MacMillan.
- HOLANDA, Chico Buarque de. "Geni e o Zepelin". Chico Buarque. [Compositor]. In: Ópera do Malandro. *Polygram*. São Paulo: Polygram, 1979. 1 LP (ca 55 min).
- INGOLD, Tim. 2019. "Sobre levar os outros a sério". In *Antropologia: para que serve?* Petrópolis: Editora Vozes.
- JULIANO, Dolores. 2005. "El trabajo sexual en la mira: polémicas y estereotipos." *Cadernos Pagu*, vol. 25: 79-106. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332005000200004>.
- KITZINGER, Sheila Helena Elizabeth. 1987. *Mães: um estudo antropológico sobre a maternidade*. Lisboa: Editorial Presença.
- LEITE, Gabriela. 1992. *Eu, mulher da vida*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- LEITE, Gabriela. 2009. *Filha, mãe, avó e puta: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- LENZ, Flávio. 2014. "Gabriela Leite, prostituta que viveu e promoveu a liberdade." *Em Pauta – Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ*, vol. 12, n. 34: 209-215. DOI: <https://doi.org/10.12957/rep.2014.15094>.
- LOBO, Andréa. 2014. *Tão longe, tão perto: famílias e "movimentos" na Ilha da Boa Vista de Cabo Verde*. Brasília, Aba Publicações.
- MADEIRA, Carla. 2014. *Tudo é rio*. Rio de Janeiro: Record.
- MONTEIRO, Anne Alencar. 2018. *Homens que engravidam: um estudo etnográfico sobre parentalidades trans e reprodução*. Dissertação. (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia.
- OLIVAR, José Miguel Nieto. 2013. *Devir puta: políticas da prostituição nas experiências de quatro mulheres militantes*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- ORELLANO, Georgina. 2022. *Putta feminista: historias de una trabajadora sexual*. Buenos Aires: Sudamericana.
- ORTNER, Sherry. 1995. "Resistance and the problem of ethnographic refusal." *Comparative Studies in Society and History*, vol. 37, n. 1: 173-193.
- PASINI, Elisiane. 2000. *Corpos em evidência, pontos em rua, mundos em pontos: a prostituição na região da Rua Augusta em São Paulo*. Dissertação. (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo.
- PASINI, Elisiane. 2005. *Os homens da vila: um estudo sobre relações de gênero num universo de prostituição feminina*. (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo.
- PISCITELLI, Adriana Gracia. 2011. "Amor, apego e interesse: trocas sexuais, econômicas e afetivas em cenários transnacionais". In *Gênero, sexo, afetos e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil*. Campinas: EDUNICAMP/PAGU.
- PISCITELLI, Adriana. 2012. "Feminismos e prostituição no Brasil: uma leitura a partir da antropologia feminista." *Cuadernos de Antropología Social*, n. 36: 11-31. [http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1850-275X2012000200002](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1850-275X2012000200002).

- PISCITELLI, Adriana Gracia. 2014. "Violências e afetos: intercâmbios sexuais e econômicos na (recente) produção antropológica realizada no Brasil." *Cadernos Pagu*, vol. 42: 159-199. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400420159>.
- PISCITELLI, Adriana Gracia. 2016. "Economias sexuais, amor e tráfico de pessoas: novas questões conceituais." *Cadernos Pagu*, vol. 47: 1-31. DOI: <https://doi.org/10.1590/18094449201600470005>.
- PRADA, Monique. 2017. O pior palavrão do mundo. *Mídia Ninja*, Rio de Janeiro, 11 mai. Disponível em <http://midianinja.org/moniqueprada/o-pior-palavrao-domundo/?repeat=w3tc>. Acesso em: 27 out. 2022.
- PRADA, Monique. 2018. *Putafeminista*. São Paulo: Veneta.
- RAGO, Margaret. 2014. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquistas – Brasil (1890-193)*. São Paulo: Paz e Terra.
- ROBERTS, Nickie. 1998. *As prostitutas na História*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- SAHLINS, Marshall. 2013. *What kinship is... and is not*. Chicago: The University of Chicago Press.
- SGANZELLA, Natália Cristina Marciola. 2011. "Feita só por mãe!": sentidos de maternidade e família entre prostitutas. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo.
- TEODORO, Débora Antonieta Silva Barcellos. 2019. *Memórias marginais do Beco do Mota: mulheres e crianças no cenário da prostituição*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina.
- TEODORO, Débora Antonieta Silva Barcellos. 2021. "Boemia romantizada, perspectivas silenciadas." *Resgate*, 29: 1-33. DOI: <https://doi.org/10.20396/resgate.v29i00.8666863>.
- TEODORO, Débora Antonieta Silva Barcellos. 2022. Filha, mãe, avó e puta: Gabriela Leite, uma mulher de família(s). In: 33 Reunião Brasileira de Antropologia – RBA, Curitiba. PR. Anais... [https://www.33rba.abant.org.br/atividade/view?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czoZNToiYToxOntzOjEyOiJJRF9BVElWSURBREUio3M6MjoiOTQiO30iO3M6MToiaCI7czoZMjoiMTI3MTI4N2EzY2QwYmFiMWIzYjBmMzQyOTk4NGFkNDIiO30%3D&ID\\_ATIVIDADE=94](https://www.33rba.abant.org.br/atividade/view?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czoZNToiYToxOntzOjEyOiJJRF9BVElWSURBREUio3M6MjoiOTQiO30iO3M6MToiaCI7czoZMjoiMTI3MTI4N2EzY2QwYmFiMWIzYjBmMzQyOTk4NGFkNDIiO30%3D&ID_ATIVIDADE=94)
- TEODORO, Débora Antonieta Silva Barcellos; VALE, Teresa Cristina de Souza Cardoso. 2018. A importância do reconhecimento da organização de profissionais do sexo como um legítimo movimento social. In: XX REDOR – Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero, Salvador, BA. Anais... <https://www.sinteseeventos.com/site/redor/GT4/GT4-08-Debora.pdf>
- TOURAINÉ, Alain. 1998. *Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes*. Petrópolis: Vozes.
- ZELIZER, Viviana. 2009. "Dinheiro, poder e sexo." *Cadernos Pagu*, n. 32: 135-157. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332009000100005>.

## sobre a autora

### **Débora Antonieta Silva Barcellos Teodoro**

É doutoranda em Antropologia Social pela Universidade de Brasília e pesquisadora do MOBILE-DAN-UnB (Laboratório de Etnografia das Circulações e Dinâmicas Migratórias). Mestre em Ciências Humanas (2019), licenciada em Geografia (2019) e bacharela em Humanidades (2017) pela Faculdade Interdisciplinar em Humanidades da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

**Autoria:** A autora é responsável pela coleta de dados, sistematização e síntese dos argumentos apresentados ao longo do texto, bem como por sua escrita.

**Financiamento:** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Recebido em 16 de agosto de 2023.

Aprovado em 23 de outubro de 2023.